

MEMORIAL HISTÓRICO ACIOLI SOBRAL EM JAPARATUBA/SE: UMA ANÁLISE

Cristina de Almeida Valença Cunha Barroso

tina_valenca@yahoo.com.br

Priscila Maria de Jesus

priscilamdj@gmail.com

O presente artigo tem por objetivo construir um diagnóstico do Memorial Histórico Aciolli Sobral, localizado na cidade de cidade de Japaratuba/SE, apontando suas potencialidades enquanto instituição que preserva e comunica a memória e o patrimônio cultural da cidade e sua sociedade. Por meio de uma narrativa que enfatiza os aspectos levantados, como gestão da informação, comunicação, buscou-se analisar os pontos que precisam ser revistos e possibilidades de trabalho. Através de uma abordagem que situa o museu dentro do contexto histórico e cultural do estado de Sergipe e, sobretudo, da cidade de Japaratuba, pretendeu-se destacar a importância da existência de salvaguarda da memória local para os processos de afirmação das identidades e valorização da cultura japatubense.

Palavras-chave: Memorial, Comunicação, Gestão da Informação.

JAPATATUBA: ANTECEDENTES E INFLUÊNCIAS DA CULTURA LOCAL

Localizada na região do Continguiba, a cidade de Japaratuba faz parte do rol das primeiras povoações existentes em terras sergipanas. Mas Japaratuba nasceu como missão. Acompanhando o movimento de expansão colonial as atividades missionárias também cresciam. As missões de aldeamento era um mecanismo de cristianização importante para o processo de expansão. Diz Santos:

Foi a presença dos missionários na Colina do Lavradio, com seu trabalho de catequese, que deu o agrupamentos o nome de Missão, que num desafio ao tempo permanece até hoje (...) logo depois da expulsão dos jesuítas de Portugal e do Brasil, o antigo convento transformou se num cemitério público (SANTOS,1990, p.33).

Na Missão de Japaratuba a catequese também foi um evento presente e útil, não só aos desígnios da Igreja Católica, bem como aos próprios índios, porque existia uma legislação que proibia que os índios já catequizados ou “índios de consciência” fossem escravizados. Apesar de que nem sempre os colonos respeitavam as leis, mas a presença dos missionários “criava embaraços para que os índios fossem retirados das aldeias e levados como cativos para as povoações dos brancos.” (DANTAS,1991, p. 35).

Segundo Góes (2002) foi somente no ano de 1704 que os Carmelitas Calçados chegaram liderados pelo frei João Batista da Santíssima Trindade. Eles se instalaram nas Canavieirinhas onde existia a tribo Boimé e, por causa da varíola que assolava a região, os sobreviventes se mudaram para um local chamado Alto do Borgado ou Lavradio, um dos lugares mais altos da região e que hoje se localiza logo atrás da Igreja Matriz Nossa Senhora da Saúde de Japaratuba (GOES, 2002, p. 115). Nas terras de Japaratuba cultivou-se a cana-de-açúcar, mas não só isso, existia a pecuária,

a cultura familiar e a pesca. O açúcar garantiu a Japaratuba muitos baronatos, a exemplo do Barão de Japaratuba, dono do engenho Topo, que teve seu título outorgado por Dom Pedro II (GOES, 2002). Isto porque em Sergipe a maior concentração de engenhos foi nos vales dos rios, principalmente daqueles que compõem as bacias Japaratuba, Sergipe e Vaza-barris. (OLIVA e SANTOS, 1998, p. 49). A produção de Açúcar foi tão importante para o desenvolvimento político e econômico de Japaratuba, que em 1900, ela já contava com um total de 28 engenhos em funcionamento.

A realidade cultural que marca essa localidade perpassa o tempo e demonstra a riqueza cultural que a oralidade e as práticas sociais perduraram. Zózimo Lima, no livro *Variações em fá sus-tenido*, transcreve um texto seu publicado em janeiro de 1938, no Correio de Aracaju, sobre a festa de Reis de Japaratuba. Nesse texto, o autor capelense descreve sua impressão da festa:

Em Japaratuba, à noite, do dia santo de Reis, eu tornei aos dias de minha mocidade. Voltei a ver as tradicionais cabacinhas, que servem para ensopar o peito arfante, farto e rijo das morenas, e ouvir, à meia noite, em plena praça o xistoso pregão do vaqueiro do reisado. Assisti, espetáculo inédito, na Igreja da Matriz, pelo sacerdote, após a missa, a coroação do rei e da rainha dos cacumbis. E não pude conter minha admiração em vendo o ritmo das vira-voltas e passadas das Taieiras acompanhadas pela cadencia monótona dos ri-tornelos. Não há em Sergipe, chegada ou marujada que se compare a que eu assisti na terra que tem a padroeira milagrosa Nossa Senhora da Saúde.(...) ainda se podem ser vistos hoje esses festejos e espetáculos tradicionais na velha Missão de Japaratuba. (ZÓZIMO, 2003:52)

Conforme afirmou Alencar (1998) na tradição popular é possível perceber a união, os cantos, das danças, das tradições, da linguagem e histórias e, principalmente, do lúdico. Além disso, alega que as cidades de Japaratuba e Laranjeiras “são verdadeiros celeiros do folclore e se destacam pela permanência dos seus folguedos.” (ALENCAR, 1998, p. 42).

Algumas expressões ainda podem ser vistas em Japaratuba como as Taieiras que, nessa região, assume um caráter mais profano, mas ainda mantém certa identidade com o ritmo e cantos africanos nas suas manifestações. Além das Taieiras, identifica-se ainda hoje a presença de grupos de Cacumbi. Conforme Alencar (1998) os Reis do Cacumbi são coroados em missa solene na festa de Reis e “a chegada dos reis à Igreja obedece ao perfeito estilo do séquito real africano.” (ALENCAR, 1998, p. 76). Além desses, pode-se citar o Maracatu, o Reisado e a Chegança.

A CIDADE E O MEMORIAL

O Memorial Histórico Otávio Aciolli Sobral (MHAS) é uma referência para a cidade de Japaratuba, tanto pelo valor histórico do seu acervo, como por ser a única instituição patrimonial da cidade. O prédio onde se localiza o memorial está situado bem ao centro da cidade, nas imediações da praça principal e da praça da Matriz (ver *Figura 01*).

Além de ser um representante simbólico da história da cidade, a localização privilegiada do

Museu proporciona o desenvolvimento das atividades turísticas. Assim, quando Murta e Albano (2005) analisa a relação do homem e os bens culturais e a experiência de visita, reflete sobre as formas de conhecimento que o turista/visitante com o lugar desconhecido. O novo, a curiosidade e o deslumbramento são aspectos importantes que caracterizam essa experiência de visita. Afir-
mam que “[...] o olhar do visitante procura encontrar a singularidade do lugar, seus símbolos e significados marcantes. Os ambientes, sobretudo as cidades, devem ser vistos como um enigma a ser desvelado pela exploração” (MURTA e ALBANO, 2005. p. 09).



Figura 01 – Vista aérea da praça da Matriz de Japarutuba. Agosto de 2013. Reprodução: Cristina Barroso.

Fonte: Acervo do Memorial Histórico Aciolli Sobral

O prédio que abriga o museu é uma antiga residência que pertenceu ao padre Caio Tavares¹ que, em testamento, a deixou para os filhos. Estes a venderam para o prefeito Helio Sobral² que fez a cessão para o funcionamento do Memorial como forma de promover e incentivar a democratização da cultura e consolidação da identidade da população da região.

A riqueza da arquitetura data do século XIX, que fica evidente ao se observar a estrutura do edifício, como demonstra a *Figura 02*, que sugere o poderio econômico da família que a construiu. Hoje, o prédio considerado histórico, compõe o conjunto de casas situadas em volta da praça e é das últimas a manter as características originais de sua construção e, assim, resguarda tanto em sua fachada como no seu interior a representação da memória local.



Figura 02 - Fachada do Memorial Histórico Acioli Sobral. Agosto de 2013. Foto: Cristina Barroso.

A Casa onde hoje funciona o Memorial, além do significado histórico, é acolhedora e atraente. Trata-se de uma casa de esquina, não tem jardim, mas apresenta uma sacada através da qual só se tem acesso através de uma escada com cinco degraus. Ainda na sacada encontramos o piso original em ladrilho trabalhado em formas geométricas, típico da época (ver Figura 03).



Figura 03 - Ladrilho da sacada do MHAS. Agosto de 2013. Foto: Cristina Barroso.

É um edifício que comporta uma entrada simples e logo se consegue observar a composição estrutural interna da casa. As paredes são revestidas com painéis de madeira e afrescos pintados na parte superior da parede, como demonstra a Figura 04. No entanto, seria importante um estudo com a equipe do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para se identificar a originalidade dessa pintura e as possíveis intervenções que os afrescos podem ter sofrido ao longo do tempo, uma vez que as mesmas apresentam-se em bom estado e aparentam ter passado por uma intervenção recente.



Figura 04 - Afrescos nas paredes. Agosto 2013. Foto: Cristina Barroso.

A casa está dividida em cinco (cinco) ambientes mais uma sacada, um banheiro e uma copa. Todos os espaços estão ocupados com a exposição de longa duração e, por não possuir uma reserva técnica, todo o acervo da instituição encontra-se exposto. A primeira sala à direita de quem entra, corresponde a parte administrativa do museu; a segunda sala comporta objetos sacros que pertenceram ao Padre Caio Tavares; a terceira sala apresenta mobiliário e objetos da antiga casa; na quarta e na quinta salas estão dispostos uma série de coleções diversas dispostas em mobiliários antigos e em estantes de ferro; a sexta sala está reservada para a representação da cultura popular da região e para expor as obras e parte da história do artista Arthur Bispo do Rosário. Logo após encontra-se a copa e o banheiro. A descrição desses espaços pode ser melhor visualizada a partir da planta baixa da instituição (ver *Figura 05*).

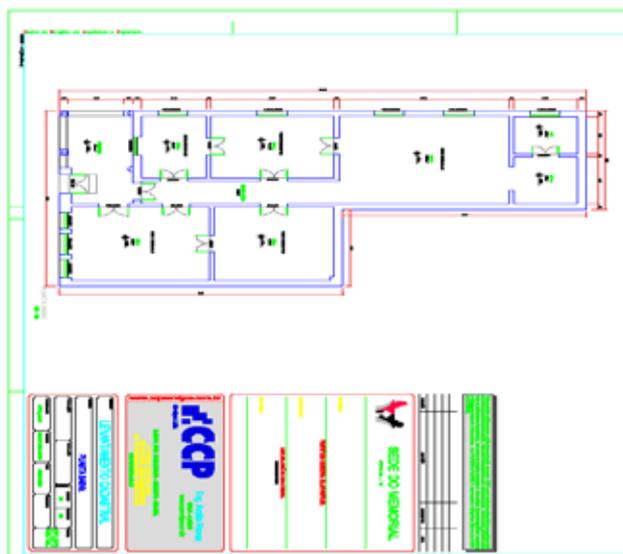


Figura 05 - Planta baixa do Memorial. Agosto de 2013. Fonte: Prefeitura de Japaratuba.

A INSTITUIÇÃO E SEU ACERVO: UM DIAGNÓSTICO

Japaratuba ou a Missão, como é comumente conhecida, possui um único museu que salvaguarda uma série de objetos não apresentam uma documentação museológica eficiente para poder fazer o diagnóstico das mesmas, ou mesmo em caso de furto, comprovar sua posse. Atualmente é impossível saber o quantitativo de objetos que adentraram o memorial ou o seu meio de aquisição, se foram doados, comprados, trocados, se estão sob guarda temporária, se existem objetos emprestados, ou mesmo se algum deles chegaram na instituição por meio de coleta. Além destas, precisa-se de informações básicas sobre a data de aquisição e a procedência. Sem essas informações o trabalho inicial de documentação e pesquisa torna-se mais complexo e, ao mesmo tempo, desafiante.

É importante compreender que antes de ser incorporado ao acervo do museu, o objeto pos-

sui uma historicidade que muitas vezes não é contemplada durante a realização dos procedimentos técnicos de catalogação. Por isso se torna necessário realizar um estudo das características intrínsecas (obtidas a partir da leitura do próprio objeto, como descrição, características, etc.) e extrínsecas (obtidas a partir de fontes e pesquisas realizadas sobre o objeto e a sociedade a que pertenceu) do objeto, que deve ser realizado no processo de documentação (BARBUY, 2008).

É preciso pensar em toda a história do objeto antes de sua entrada no museu. Compreender sua historicidade, tentando responder a perguntas como: de onde ele veio? Qual era a função dada por seu antigo proprietário/usuário? Como chegou até a instituição? Ao se falar dos procedimentos técnicos que fazem parte da documentação dos acervos de museus, não se deve compreendê-los apenas como um mecanismo de controle desse acervo, mas, também como fonte de informação que oferece suporte para pesquisa, conservação e comunicação (exposição e ação educativa).

No caso do memorial, acredita-se que a principal razão para o problema na gestão dessas informações seja a falta de conhecimento técnico dos dirigentes da instituição sobre a forma de trato com a documentação museológica. Acredita-se ainda que a falta de uma documentação organizada facilite, inclusive, os sistemáticos furtos de peças raras e importantes que fazem parte do acervo da instituição.

O Código de Ética para Museus do ICOM, ressalta a necessidade das instituições de manterem uma política própria de aquisição dos bens ao dizer:

Em cada museu, a autoridade de tutela deve adotar e tornar público um documento relativo à política de aquisição, proteção e utilização de acervos. Esta política deve estabelecer a situação dos objetos que não serão catalogados ou expostos. (CÓDIGO, 2010, p. 14-5).

O processo de documentação de acervos deve contar com etapas específicas que levarão a instituição ao melhor conhecimento sobre seu acervo, seu estado de conservação e o que se deve comunicar. Assim, a importância no processo de preservação e comunicação desse acervo, seja por meio da exposição de longa duração, temporária, itinerantes, é possibilitar que a população de Japarutuba, estudiosos, turistas, entre outros, tenham acesso a essas informações e objetos. É necessário também ressaltar a ideia de Murta e Albano (2005), ao dizer que uma comunidade “[...] que não conhece a si mesma dificilmente poderá comunicar a importância de seu patrimônio.” (MURTA e ALBANO, 2005 p. 11).

Para valorar e comunicar esse acervo é necessário antes fazer um tratamento adequado tanto dos objetos quanto dos documentos da instituição estabelecendo um plano de organização do arquivo permanente e do arquivo corrente. Essas ações devem estar previstas no Plano Museológico da instituição. Para isso seria necessário espaço, recursos humanos qualificados, material de trabalho, material de acondicionamento adequado para a criação e informatização do arquivo permanente e corrente da instituição, que infelizmente o memorial não dispõe. As atividades devem

estar de acordo com as recomendações de digitalização de documentos de arquivos permanentes de 2010 do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, além de observar, também, as do Sistema Brasileiro de Museus.

No que tange ao MHAS, foi pensando no processo de digitalização do acervo que vise não só o armazenamento das informações sobre a documentação do arquivo permanente e corrente do museu, mas também da documentação museológica para facilitar o acesso à essas informações e organização de inventários, catálogos, do livro de tombo e para a organização efetiva de uma reserva técnica. Segundo a normatização sobre a digitalização, ressalta que esta “[...] é dirigida ao acesso, difusão e preservação do acervo.” (CONARQ, 2010, p. 06).

A importância da informatização do arquivo do Memorial Histórico Aciolli Sobral não se configura apenas na razão da preservação do acervo, mas, principalmente, pela utilidade dessas informações para as pesquisas e para a montagem das exposições de longa duração, ou mesmo, para as temporárias. Neste sentido, a documentação corrobora para fundamentar a investigação sobre os objetos musealizados.

Conforme as orientações de Maria Inês Candido, no Caderno de Diretrizes Museológicas, a documentação museológica deve ser pensada como um mecanismo de preservação dos bens patrimoniais salvaguardados pelos museus. Nessa direção, ressalta que:

[...] é papel dos museus criar métodos e mecanismos que permitam o levantamento e o acesso às informações das quais objetos / documentos são suportes, estabelecendo a intermediação institucionalizada entre o indivíduo e o acervo preservado.” (CANDIDO, 2006, p. 32-33).

Para atender as necessidades e especificações do MHAS, para o seu bom funcionamento e gestão do acervo, propõe-se a higienização, digitalização e gerenciamento das informações, por meio de uma equipe composta de funcionários e estagiários remunerados e voluntários que deverão receber cursos de capacitação e supervisão, partindo de um convênio com o curso de Museologia da Universidade Federal de Sergipe e seu corpo docente.

A proposta que segue neste diagnóstico é a elaboração de uma base de dados digital para armazenamento das informações coletadas por esta equipe e, principalmente, do material digitalizado. Assim, compreende-se a urgência da criação dessa base tecnológica para a acomodação do acervo já tratado e, posteriormente, disponibilizar aos pesquisadores e demais instituições culturais interessadas.

Após a organização e digitalização do acervo documental do arquivo corrente e permanente do MHAS, recomenda-se a digitalização e inventário do acervo museológico da instituição. Estes podem, a partir de então, ser classificados em módulos de acordo com o projeto expográfico, bem como realocados para a reserva técnica, que deve ser criada. O próximo passo seria pensar nas for-

mas de pesquisa sobre as coleções que compõem este acervo de modo a assessorar a produção dos textos e instrumentos informativos que possam ser utilizados durante as visitas na exposição e nas ações culturais e educativas.

É importante pensar sobre o que pretende alcançar com as exposições, incluindo as temporárias e as itinerantes. É necessário que leve em conta sua missão e filosofia em relação à pesquisa, gerenciamento de acervo, educação e acesso público, assim como a natureza do acervo. (PLANEJAMENTO, 2001, p. 21)

Meneses (1992) lembra que o museu enquanto lugar que coleta, preserva, expõe e estuda seus acervos provoca diversas formas de fruição do patrimônio que salvaguarda, seja através da contemplação, do sonho, do exercício da observação estética, da afetividade e do lúdico. Entretanto todas essas ações convergem para um mesmo aspecto, o exercício do conhecimento. Afirma ainda que no museu os objetos ao serem musealizados transformam-se em documentos, ou seja, a partir de então, são reconhecidos como parte integrante do patrimônio. Isto é, adotam a função de prover o público de informações “[...] ainda que, para isso, tenham que perder a serventia para a qual foram concebidos ou que definiu sua trajetória.” (MENESES, 1992, p. 04).

Isto porque ao se tornarem parte do acervo da instituição os objetos ganham uma ressignificação, tornam-se bens patrimoniais e perdem a função que exerceu no passado. Assim, os objetos-documentos servem de testemunho. Ou seja, falam de uma determinada época, respondendo sobre a quem pertenceu, em que momento histórico, onde e com que finalidade foi criado.

Mas, vale ressaltar que nem toda informação presente no espaço expográfico se traduz em conhecimento. Ou seja, a informação que não está acessível é uma informação desnecessária. Isto porque o museu é o lugar onde a interação público-objeto-conhecimento deve acontecer sem ruídos. Nesse sentido a construção da expografia deve ser concebida de forma clara e didática e pensando na experiência que o visitante pode recriar durante a visita. Segundo Cury “[...] conceber e montar uma exposição significa construir e oferecer uma experiência para o público” (CURY, 2005, p. 43). Isto porque a finalidade do museu não é apenas servir como um local para que sejam desenvolvidos estudos especializados, mas que seja um lugar que estimule a aprendizagem acessível a todos (VALLADARES, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo, fruto do diagnóstico apresentado à instituição, tentou fazer uma relação entre os problemas enfrentados pelo memorial na gestão de seu acervo e possibilidades de soluções. Atualmente, o MHAS apresenta uma organização espacial dos objetos e expositores precários, o Memorial Histórico Aciolli Sobral deve pensar na construção de uma reserva técnica e trabalhar com a ideia da produção de exposições temporárias. O amontoado dos objetos e as estantes que

dão suporte a esses objetos dificultam e até corroboram para a degradação dos bens patrimoniais, configurando-o como um gabinete de curiosidades contemporâneo.

A exposição não forma um conjunto atraente e harmonioso, pelo contrário o excesso de objetos de diferentes épocas e temáticas acabam por não construir uma narrativa expográfica fluida e de fácil compreensão por parte do visitante. A riqueza do museu não está ligada apenas na raridade dos objetos que guarda, mas na harmonia e no prazer que proporciona ao visitante.

A arrumação criteriosa consiste pensar na segurança do objeto, na conservação, iluminação adequada, numa cenografia que realce a peça, na seleção das coleções, na produção de bons textos e material informativo, na produção do discurso envolvente e criativo de forma que o público possa se reconhecer e degustar das informações apresentadas. Esse é outro fator passível de ajustes nas exposições do MHAS.

Nessa direção, a equipe designada a dirigir o Memorial Histórico Aciolli Sobral deve pensar em formas de avaliar tanto a estrutura, a proposta expográfica, as ações culturais e educativas. Cabe ao museu conhecer quem é o seu público, suas necessidades e o que pensam para que possam realmente cumprir sua função social, demonstrando a riqueza do patrimônio cultural e a responsabilidade desta instituição em transmitir e preservar parte da história de Japaratuba e, conseqüentemente, da história de Sergipe.

Assim, ressalta-se que o que se busca na atualidade é um museu que reflita e interaja com a realidade da sociedade em que esteja inserido, que atue e interaja com a comunidade, possibilitando novas formas de diálogos na contemporaneidade.

NOTAS

¹ Padre Caio Tavares que dá o nome à praça principal, a Praça da Matriz.

² Hoje é o vice-prefeito da cidade de Japaratuba.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Aglaé D'Avila Fontes. Danças e folguedos: iniciação ao folclore sergipano. Aracaju: Secretaria do Estado da Educação do Desporto e Lazer, 1998.

BARBUY, Heloísa. Documentação museológica e a pesquisa em museus. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; LOUREIRO, Lucia N. M. (Orgs.) Documentação em Museus. Rio de Janeiro: MAST, 2008, p. 33-43.

CANDIDO, Maria Inês. Documentação Museológica. In: Caderno de Diretrizes Museológicas 1. Brasília: MINC/IPHAN/Departamento de Museus e Centros Culturais. Belo Horizonte: Secretaria do Estado da Cultura/Superintendencia de Museus, 2006.

CÓDIGO de Ética do ICOM para Museus: versão lusófona. Goiânia: UFG/Museu Antropológico da UFG, 2010.

CURY, Exposição: concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2005.

DANTAS, Beatriz Gois. Os índios em Sergipe. In: Textos para a História de Sergipe. Diana M. Diniz (coord.). Aracaju: UFS/Banese, 1991.

GOES, Cristian. Japarutuba: terra da saúde. In: Caderno Cinform Municípios: história dos municípios publicado. Aracaju: Cinform, 2002.

IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso em: 05 de março de 2013.

LIMA, Zózimo. Variações em fá sustenido: crônicas sergipanas. 2 ed. Amp. e Rev. Aracaju: Triunfo, 2003.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Para que serve um museu histórico? In: Como explorar um museu histórico: mobiliário, pintura, veículos, armas. São Paulo: USP/Museu Paulista, 1992.

MURTA, Stela Maris e ALBANO, Celina. Interpretação, Preservação e Turismo: uma introdução. In: Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar. Stela Maris Murta e Celina Albano (orgs.). Belo Horizonte: Ed UFMG; Território Brasília, 2002.

NOBRAD. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/nobrade.pdf>. Acesso em 02 de janeiro de 2013.

PLANEJAMENTO de Exposições. Tradução de Maria Luiza Pacheco Fernandes. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Vitae, 2001, Série Museologia, 2.

SANTOS, Lenalda Andrade e OLIVA, Teresinha Alves de. Para conhecer a história de Sergipe. Aracaju: Opção gráfica, 1998.

SANTOS, Pedrinho dos. A proclamação da República na missão de Japarutuba. Aracaju: Info Graphics e editora, 1990.

VALLADARES, José Antonio do Prado. Museus para o povo: um estudo sobre os museus americanos. 2ed. Bahia: EPP, 2010.

